



A Santa Sé

***CARTA DE SUA SANTIDADE BENTO XVI
À CHANCELER DA REPÚBLICA FEDERAL
DA ALEMANHA DOUTORA ANGELA MERKEL
POR OCASIÃO DO ENCONTRO DO G-8****

*A Sua Excelência Doutora ANGELA MERKEL
Chanceler da República Federal da Alemanha*

No dia 17 de Julho de 2006, por ocasião do encerramento do Encontro de São Petersburgo, Vossa Excelência anunciou que o grupo constituído pelos sete países mais industrializados do mundo, juntamente com a Rússia (G-8), sob a sua presidência, teria ainda conservado na ordem do dia o tema da pobreza no mundo. Além disso, em 18 de Outubro, o Governo da República Federal da Alemanha comunicou que a ajuda à África será um tema predominante por ocasião do Encontro de Heiligendamm.

Portanto, escrevo-lhe para manifestar o agradecimento da Igreja católica, assim como o meu apreço pessoal por estes anúncios.

Estou feliz pelo facto de que agora o tema da "pobreza" está na ordem do dia dos países do G-8, com uma referência explícita à África. Com efeito, esta temática merece a máxima atenção e prioridade, tanto em vantagem dos Estados pobres como também dos ricos. O facto de que a presidência alemã do G-8 coincide com a da União Europeia, oferece uma oportunidade única para enfrentar este tema. Estou convicto de que a Alemanha assumirá de modo positivo o papel de guia que lhe compete nesta série de questões, que é de importância mundial e diz respeito a todos nós.

Por ocasião do nosso encontro do dia 28 do passado mês de Agosto, Vossa Excelência assegurou-me que a Alemanha compartilha a preocupação que a Santa Sé tem pela incapacidade dos países ricos de oferecerem aos países mais pobres, em particular aos da África, adequadas condições financeiras e comerciais que tornariam possível a promoção do seu desenvolvimento duradouro.

A Santa Sé sublinhou reiteradamente que os Governos dos países mais pobres têm, por sua vez, a responsabilidade do *good governance* e da eliminação da pobreza, que nisto contudo é irrenunciável uma colaboração concreta da parte dos parceiros internacionais. Aqui, não se trata de uma tarefa extraordinária ou de concessões que poderiam ser adiadas por causa de urgentes interesses nacionais. Ao contrário, existe um dever moral grave e incondicionado, assente na pertença comum à família humana, assim como na dignidade e destino conjuntos dos países pobres e dos países ricos que, mediante o processo de globalização, se desenvolvem de modo cada vez mais estreitamente interligado.

Para os países pobres seria necessário criar e garantir, de maneira confiável e duradoura, condições comerciais favoráveis que, sobretudo, incluíssem um acesso amplo e sem reservas aos mercados.

É preciso também tomar providências em vista de uma rápida anulação completa e incondicionada da dívida externa dos países pobres fortemente endividados ("*heavily indebted poor countries*" HIPC) e dos países menos desenvolvidos ("*least developed countries*" LDC). De igual modo, há que tomar medidas a fim de que estes países não terminem de novo numa situação de dívida insustentável.

Além disso, os países industrializados devem estar conscientes dos compromissos que assumiram no âmbito da assistência ao desenvolvimento e cumpri-los plenamente.

Depois, são necessários vastos investimentos nos campos da investigação e do desenvolvimento dos remédios para o tratamento da Sida, da tuberculose, da malária e de outras enfermidades tropicais. Nesta perspectiva, os países industrializados devem assumir a urgente tarefa científica de criar finalmente uma vacina contra a malária. É também necessário pôr à disposição tecnologias médicas e farmacêuticas, bem como conhecimentos derivantes da experiência no campo da higiene, sem por isso apresentar exigências jurídicas ou económicas.

Enfim, a comunidade internacional deve continuar a esforçar-se em vista de uma redução significativa do comércio de armas, tanto legal como ilegal, do tráfico ilegal de matérias-primas preciosas e da fuga de capital dos países pobres, comprometendo-se a favor da eliminação quer das práticas de lavagem de dinheiro sujo, quer da corrupção de funcionários nos países pobres.

Embora estes desafios devam ser enfrentados por parte de todos os Estados membros da comunidade internacional, o G-8 e a União Europeia deveriam desempenhar um papel-guia a este propósito.

Pessoas que pertencem a diversas religiões e culturas do mundo inteiro estão convencidas de que atingir a finalidade da eliminação da pobreza extrema até 2015 é uma das tarefas mais importantes da nossa época. Além disso, compartilham a convicção de que esta meta está

vinculada de maneira indissolúvel à paz e à segurança no mundo. Agora, o seu olhar está voltado para a guia confiada ao Governo alemão para o próximo período, durante o qual é preciso garantir que o G-8 e a União Europeia assumam as medidas necessárias para ultrapassar a pobreza. Os fiéis católicos estão dispostos a oferecer a própria contribuição para tais esforços e apoiam de maneira solidária o seu compromisso.

Enquanto imploro a Bênção de Deus sobre a actividade do G-8 e da União Europeia sob a presidência alemã, aproveito o ensejo para lhe manifestar de novo, Senhora Chanceler Federal, a minha profunda estima.

Vaticano, 16 de Dezembro de 2006.

BENEDICTUS PP. XVI

**L'Osservatore Romano. Edição semanal em português 2007 n. 17 p. 9.*

© Copyright 2006 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana